



ANCESTRALIDADES REVELADAS:

Uma análise da arqueologia da diáspora africana no Brasil

ANCESTRALITIES REVEALED:

An analysis of archeology of the african diaspora in Brazil

ANCESTRALIDADES REVELADAS:

Un análisis de la arqueología de la diáspora africana en Brasil

Sura Souza Carmo

Doutoranda em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) e Docente Departamento de Museologia (UFS) –
suracarmo@yahoo.com.br

Flávia Cristina Costa Vieira

Mestranda em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) – flaviacostavieira@gmail.com

Recebido em: 06/05/2021

Aceito para publicação: 07/10/2021

Resumo

O artigo tem por objetivo verificar se as pesquisas relacionadas aos contextos das identidades culturais dos escravizados acompanharam a expansão do campo científico da Arqueologia, a partir da reflexão bourdieuniana de campo. Na perspectiva adotada, foram considerados os estudos voltados para sítios, vestígios, paisagens e remanescentes humanos relacionados à diáspora africana no Brasil – aqui entendido como Arqueologia da Diáspora Africana. Para tanto, elaborou-se uma breve análise geral da expansão da Arqueologia no país a partir do final do século XIX, contextualizando o processo de consolidação do campo científico. A análise, de cunho qualitativo, se baseou nas publicações sobre o tema, contudo, não se pretendeu ser um levantamento exaustivo. Associou-se o crescimento do campo, também, a fatores externos, como ações do movimento negro e valorização de patrimônios da Diáspora Africana pelo IPHAN e UNESCO, refletindo-se a respeito do alargamento da noção de patrimônio e da importância de pesquisas orientadas a partir de outras epistemologias.

Palavras-chave: Diáspora, Escravidão, Arqueologia.

Abstract

The article aims to verify if the researches related to the contexts of the cultural identities of the enslaved have followed the expansion of the scientific field of Archeology, from the Bourdieunian reflection of the field. In the adopted perspective, studies focused on sites, remains, landscapes and human remnants related to the African diaspora in Brazil were considered - here understood as Archeology of the African Diaspora. To this end, a brief general analysis of the expansion of Archeology in the country was elaborated from the end of the 19th century, contextualizing the process of consolidation of the scientific field. The qualitative analysis was based on publications on the subject, however, it was not intended to be an exhaustive survey. The growth of the field was also associated with external factors, such as actions by the black movement and the valorization of African Diaspora heritage by IPHAN and UNESCO, reflecting on the broadening of the notion of heritage and the importance of research oriented from other epistemologies.

Keywords: Diaspora, Slavery, Archeology.

Resumen

El artículo tiene como objetivo verificar si las investigaciones relacionadas con los contextos de las identidades culturales de los esclavizados han seguido la expansión del campo científico de la Arqueología, a partir de la reflexión bourdieuniana del campo. En la perspectiva adoptada, se consideraron estudios centrados en sitios, restos, paisajes y remanentes humanos relacionados con la diáspora africana en Brasil, aquí entendida como Arqueología de la diáspora africana. Para ello, se realizó un breve análisis general de la expansión de la Arqueología en el país desde finales del siglo XIX en adelante, contextualizando el proceso de consolidación del campo científico. El análisis cualitativo se basó en publicaciones sobre el tema, sin embargo, no pretendía ser una encuesta exhaustiva. El crecimiento del campo también se asoció a factores externos, como las acciones del movimiento negro y la valorización del patrimonio de la diáspora africana por parte del IPHAN y la UNESCO, reflejando la ampliación de la noción de patrimonio y la importancia de la investigación orientada desde otras epistemologías.

Palabras clave: Diáspora, Esclavitud, Arqueología.

Introdução

Compreende-se, no âmbito deste artigo, a Arqueologia como um campo que ao longo do século XX se expandiu no Brasil alcançando grande legitimidade através do crescimento e da visibilidade das pesquisas, da criação de cursos de graduação e pós-graduação e da regulamentação da profissão. A definição de campo e de campo científico é pautada no desenvolvimento do tema elaborado por Pierre Bourdieu (2004, p.20), que compreende por campo “um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais”, mais ou menos específico de acordo com a sua autonomia. De acordo com o autor, o campo é caracterizado por possuir linguagem própria, a linguagem do campo, que define os limites do mesmo lhe atribuindo “sentido e valor” através de “princípios específicos de percepção e de apreciação do mundo natural e social e das representações” (BOURDIEU, 2010, p.22).

Para Bourdieu (2010, p.106) “a constituição de um campo enquanto tal é correlata ao processo de fechamento em si mesmo” salientando, dessa forma, que um campo científico é mais autônomo na medida do seu poder para definir as normas que orientam a sua produção, a postura dos membros, os critérios de autoavaliação e o poder de retraduzir todas as “determinações externas de acordo com seus princípios próprios”. O autor salienta que “quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis”, assegurando ainda que a autonomia de campo indica seu poder de refração, de retradução (BOURDIEU, 2004, p.22).

Por outro lado, a ausência de autonomia de um campo é observável quando os “problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente”

(BOURDIEU, 2004, p.22), enquanto um campo autônomo não sentirá problemas sociais de forma aguda. De acordo com Bourdieu (1989) o campo sugere que os agentes que se situam no mesmo possuem uma identidade própria, adaptando-se às exigências e necessidades do campo e possuindo um *habitus* que lhes atribui à condição identitária e de pertencimento – a partir do conhecimento e o reconhecimento das regras imanentes ao jogo, objetos e disputas. Nesse sentido:

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica a indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados) (BOURDIEU, 1983b, p.89).

As disputas para Bourdieu (1983b, 2010) são importantes para a consolidação do campo, pois em tais embates os agentes ou grupos de agentes concorrentes desenvolvem táticas de “conservação” e “exclusão” ou ainda, estratégias de “subversão”, de acordo com suas posições no campo. Define-se ainda campo científico, como “um espaço em que agentes ou instituições ocupam uma posição adquirida em disputas históricas para obter a autoridade científica” sendo também um lugar de luta (BOURDIEU, 1983a, p.136) com outros campos. A Arqueologia pode, então, ser entendida como campo científico que possui autoridade científica, ou competência científica – qual seja, a capacidade técnica e o poder social de falar em nome da ciência. Essa legitimidade de autoridade científica é concedida pelos pares concorrentes a um grupo ou agente no interior do campo (BOURDIEU, 1983a).

A Arqueologia surge enquanto campo científico no século XIX, quando diversas disciplinas das ciências humanas e das ciências humanas aplicadas foram criadas ou tiveram sua cientificidade reconhecida. O recorte de análise para a constituição da Arqueologia como campo científico no Brasil é a partir do período republicano, que de acordo com Pedro Funari (1994), a Arqueologia nos primeiros anos da República era dominada por profissionais vinculados a museus, salientando a importância do Museu Paulista para o campo e do diretor Hermann Von Ihering, que dirigiu a instituição entre 1895 e 1916, como primeiro ideólogo conservador da arqueologia brasileira. Funari caracteriza o período como marcado pela ação de arqueólogos pioneiros, sem formação profissional, mas que realizaram diferentes pesquisas como Emilio Goeldi, Alberto Loefgren, Ricardo Krone e Teodoro Sampaio.

Tanto para a Arqueologia, quanto para outros campos, os museus foram um importante laboratório no século XIX e início do século XX no Brasil. Os museus se constituíam como locus privilegiado de discussões científicas, relacionadas à fauna, flora e ao ser humano, sendo a Arqueologia uma das ciências que habitava o museu (SCHWARCZ, 1993). As ações de arqueólogos pioneiros, sobretudo os estrangeiros, culminaram na formação de “coleções arqueológicas provenientes de coletas assistemáticas”, transformando os museus em locais de ensino e produção científica do campo da Arqueologia a partir de uma atuação “enciclopédica, evolucionista e classificatória” (BRUNO, 1995, p.111).

Para Lúcio Ferreira e Paulo Funari (2009) a construção da cientificidade da Arqueologia está vinculada ao imperialismo e ao nacionalismo, com a disciplina surgindo e estruturando como parte da ampliação de agenciamentos das normatizações no âmbito dos Estados Nacionais, mas também pelas pressões dos sujeitos externos. A arqueologia brasileira floresceu através da pesquisa científica e apenas décadas depois, através da criação do órgão de proteção do patrimônio, em nível federal, ocorreu uma ação nacionalista e ampla de proteção dos bens da nação. Para Funari (1994) a década de 1930 foi importante para o campo em virtude dos estudos de artefatos - autores das primeiras pesquisas – e pela publicação de manuais por Angyone Costa, Aníbal Mattos e Frederico Barata.

Apesar de subestimado, esse período é importante para a compreensão da Arqueologia antes da sua entrada na academia, que ocorreu na década de 1950 através da Comissão de Pré-História da Universidade de São Paulo, criada em 1952, por Paulo Duarte – um intelectual engajado com a preservação do patrimônio, principalmente o arqueológico (FUNARI, 1994). Ele teria sido um dos responsáveis pelo Projeto de Lei 3.537 de 1957, que foi aprovado no ano de 1961 como Lei nº 3.924, popularmente conhecido como a Lei de Arqueologia, que oficialmente é responsável pela definição e proteção de todos os bens de natureza material de valor arqueológico, sendo considerados bens patrimoniais da União (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008; BRASIL, 1961).

A Lei 1.924 de 1961 representou grande avanço para a Arqueologia brasileira e paulista, resultado do envolvimento de Paulo Duarte, pelo Instituto de Pré-História (IPH), Castro Faria, do Museu Nacional, e Loureiro Fernandes, do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná (SOUZA, 2014, p.260). A Lei de Arqueologia, ou Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos localizados

no Brasil, classifica qual a tipologia de bens é considerada como sendo de origem arqueológica, bem como apresenta quais procedimentos devem ser adotados e quais as implicações jurídicas relacionadas à posse, comercialização ou destruição desses bens, além de definir que estão sob a tutela do Poder Público e especificar que a propriedade de superfície não engloba as jazidas arqueológicas (BRASIL, 1961). Cabe destacar que até atualmente é o principal instrumento a nível federal de reconhecimento e proteção dos sítios e vestígios arqueológicos no país.

A arqueologia brasileira, entre as décadas de 1960 e 1980 sofreu, assim como outras ciências humanas e sociais aplicadas, com os escassos recursos financeiros disponibilizados para financiamento de pesquisas. O casal de arqueólogos Clifford Evans e Betty Meggers, ambos funcionários do *Instituto Smithsonian*, são apontados como um dos principais articuladores do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), implementado em meados dos anos de 1960, por meio de parcerias entre O Museu Goeldi, o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN) e profissionais da arqueologia dispersos pelo Brasil (FUNARI, 1994). De acordo com Mariana Sombrio (2016) eles receberam apoio do antropólogo Loureiro Fernandes que obteve financiamento para que retornassem ao Brasil e pudessem realizar um curso relacionados a técnicas de campo.

A consolidação do campo da Arqueologia nunca deixou de ter nos espaços museais um local para a construção de sua cientificidade. A partir dos anos 1960 houve uma ampliação desses espaços e institutos de pesquisa relacionados à pesquisa e extroversão do patrimônio arqueológico. A década de 1980, de acordo com Pedro Paulo Funari (1994) foi um período importante de fortalecimento do campo da Arqueologia no país, através da criação dos cursos de graduação na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal de Pernambuco. A criação da Sociedade para a Arqueologia Brasileira (SAB) também possui, até os dias atuais, um importante papel na consolidação do campo e de reunião de pesquisadores, tendo em vista que é uma sociedade científica de longa trajetória.

Contudo, como salientado anteriormente, pensar campo é relacioná-lo às disputas internas, e analisar a expansão da Arqueologia nas últimas décadas possibilita uma análise dessas tensões. Segundo Ferreira & Funari (2009, n/p) “emergiram grupos sociais e de interesse que implodiram as pretensões de homogeneidade e subordinação às normas, tão bem articuladas no primeiro século e meio da incipiente arqueologia”, sendo uma das causas a visibilidade e o protagonismo das mulheres na Arqueologia, em detrimento das posições subalternas que eram

relegadas. Outrossim, os estudos relacionados as relações de poder com a Arqueologia, nas últimas décadas, se afastaram da “compreensão positivista e processual, que faz da sociedade e da própria disciplina. O objetivo de conhecer o passado ‘como realmente era’ revelou-se demasiado ambicioso e a disciplina voltou sua atenção para a ética e a política.” (FUNARI; ROBRAHN-GONZALES, 2008, p.13).

A arqueologia tem, nos últimos anos, alargado seu campo de ação para o estudo da cultura material de qualquer época, passada ou presente [...] estuda, diretamente, a totalidade de material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico (FUNARI, 2010, p.13; 5).

As disputas e tensões dentro de um campo podem ser um indicativo a respeito dos diferentes atores sociais que emergem como produtores de conhecimento, por conseguinte, novos temas ou novas abordagens também passam a protagonizar as agendas de pesquisa. Nesse sentido, a arqueologia deixou de ser um ofício exclusivo das elites hegemônicas, tendo sido apropriada pelos grupos socioambientalmente diversos, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sertanejos, e pelos grupos urbanos periféricos e/ou subalternizados, tais como as pessoas que se reconhecem LGBTQIA+ e as mulheres negras, por exemplo. Essas novas miradas sobre o *saberfazer* da arqueologia, de maneira geral, passaram a discutir o caráter ético, político, social e poético da disciplina, tanto na dimensão teórica, quanto prática.

O crescente campo da Arqueologia Afrodiaspórica

O crescimento da Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil possui intersecções com aspectos sociais que envolvem, desde ações do movimento negro, políticas públicas relacionadas à reparação da escravidão, até o alargamento da noção de patrimônio pelo IPHAN. Destarte, o crescimento de investigações relacionadas ao patrimônio afrodiaspórico, no campo da Arqueologia, está inserido no contexto do aumento das pesquisas sobre a presença e a influência das mulheres e homens negros na sociedade brasileira, principalmente a partir das abordagens oriundas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas.

A partir da década de 1970 o protagonismo negro através de diversas entidades foi fundamental para os debates em torno do racismo estrutural, da ausência da valorização do patrimônio da diáspora africana e da necessidade de uma educação – do Ensino Básico até o Superior – que trabalhasse com a História da África e com a perspectiva da Educação Étnico-

Racial. Várias universidades criaram grupos de pesquisa e eventos pautando as discussões sobre o negro no âmbito acadêmico, como, por exemplo, o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) criado em 1974, na Universidade Federal Fluminense (UFF), pela historiadora Beatriz Nascimento.

Neste período, se intensificou a movimentação dos afrodescendentes em busca por direitos através da fundação de diversos grupos ou entidades em diversas regiões no Brasil, que através de aspectos culturais, artísticos ou políticos, manifestaram-se contra proibições de negros frequentarem determinados espaços, com ampla atuação em muitos estados do país. Foram diversas as entidades fundadas no período como o Grupo Palmares (1971), o bloco carnavalesco Ilê Aiyê (1974), o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (1975) e o Movimento Negro Unificado (1978). Com ações mais voltadas para o campo político, de acordo com Regiane Mattos (2013, p.191), o MNU tinha por objetivo “conscientizar a população negra da existência de desigualdades raciais e da necessidade de lutar contra a discriminação e de promover políticas públicas geradoras de melhores oportunidades aos negros nas áreas da educação, saúde, economia e cultura”. Nilma Lino Gomes (2012, p.741) reflete que as diferentes ações movimento negro ao “ressignificar e politizar a raça, compreendida como construção social”, conseguiu reeducar e emancipar “a sociedade e a si próprio, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana”. Dessa forma, a partir dessas aberturas de espaços para questões, na sociedade e na academia, referentes ao negro, houve um crescimento de pesquisas em diversos campos sobre cultura afro-brasileira, dentre eles na Arqueologia.

No campo constitucional, na década de 1980, foram lançadas propostas de Políticas de Ações Afirmativas no Congresso Nacional Brasileiro, por deputados negros engajados com a luta emancipatória, como Abdias do Nascimento, Paulo Paim, Luiz Alberto e Benedita da Silva. O Projeto de Lei nº 1.332, apresentado por Abdias do Nascimento, na Sessão da Câmara dos Deputados, em 7 de junho de 1983, propunha uma “ação compensatória” aos negros, como, por exemplo, a concessão de bolsas de estudo, sendo considerado um dos pontos de origem das políticas de ações afirmativas, as cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012). A Lei nº 10.639 de 20 de dezembro de 1996 (posteriormente alterada pela Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003), que tornou obrigatória a temática da história e cultura afro-brasileiras, foi fruto das lutas iniciadas neste período (SANTOS, 2009, p.147-155). Em virtude das comemorações do

centenário da abolição, diversas entidades, políticos e acadêmicos evidenciaram a importância de pesquisas relacionadas à escravidão.

Entre os anos de 1980 e 1990 foram criados Núcleos de Estudos Afro-brasileiros em diversas universidades, coordenados por docentes, pesquisadores e ativistas negros. Luena Pereira (2008) aponta o pioneirismo de dois centros de estudos, como o Centro de Estudos Afro-Oriental (CEAO) da UFBA, criado em 1959 e o Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, como marcos no desenvolvimento de pesquisas sobre África e o intercâmbio de pesquisadores. Para Pereira (2008, p.268) “com a crescente presença de lideranças negras no espaço universitário e nos programas de pós-graduação (principalmente a partir dos anos 1990)” aqueles que eram tidos como “objetos de estudo” passam a se ver como “sujeitos” “que tomam para si a tarefa da escrita de sua própria história e experiências individuais e coletivas”.

Compreende-se como diáspora africana o grande deslocamento de africanos em razão da escravidão ou da migração por motivos diversos. A amplitude do conceito de diáspora, deve-se, de acordo com Marilise Reis (2012) e Lúcia Silva e Regina Xavier (2018) a atuação de intelectuais diaspóricos, de identidades múltiplas e híbridas, em discussões sobre modernidade, quais sejam, William Du Bois, Paul Gilroy, Stuart Hall, Goli Guerreiro, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Arthur Alfonso Schomburg, Anna Julia Cooper, CLR James, Eric Williams, Edward Said, dentre outros, que trouxeram interpretações distintas do tema através da ideia de ambivalência e da complexidade das formas culturais negras. Silva & Xavier (2018, p.2) demarcaram que o uso do conceito diáspora africana e atlântica vincula-se aos denominados estudos Africanos, que despontaram a partir da década de 1960, nas disciplinas de História da África e Estudos Afro-americanos, sendo que o trabalho de George Shepperson, publicado em 1965, foi o primeiro a associar os termos “diáspora” e “africana”.

Em um contexto de descolonização da África e de uma emergência de movimentos de luta contra o racismo, as autoras discorrem sobre como o termo diáspora africana se popularizou nos estudos acadêmicos a partir da década de 1970, resultando na citação em centenas de pesquisas a partir dos anos 2000. A partir do pensamento de James Clifford, é preciso observar que o conceito de diáspora africana não remete apenas a questões históricas e de transnacionalidades, mas em uma luta política (SILVA; XAVIER, 2018). De acordo com Lucio Menezes Ferreira (2009) as pesquisas arqueológicas da diáspora africana têm por finalidade a

compreensão das identidades culturais dos escravizados afro-americanos e como elas se expressam materialmente em vários contextos.

Em suma, o estudo arqueológico da diáspora africana permite delinear a diversidade de identidades culturais que os escravos forjaram na América. Permite, ainda, circunscrever os espaços de formação das comunidades escravas e os distintos universos multiculturais que construíram. As comunidades escravas da América, com efeito, não se formaram apartadas do mundo que as cercava, como se estivessem engolfadas num mar de pureza cultural (FERREIRA, 2009, p.269).

Destarte, a perspectiva adotada neste artigo se baseia nessa proposta do estudo arqueológico da diáspora africana (FERREIRA, 2009) e propõe que a Arqueologia da Diáspora Africana pode ser entendida como o campo teórico-metodológico a partir do qual se elaboram interpretações e problematizações da cultura material em contextos arqueológicos, relativos à vivências de africanos e afrodescendentes em determinados espaços. Contudo, ressalta-se que este artigo não pretende perseguir, como um ideal de reflexão, os limites e as potencialidades da denominada Arqueologia da Diáspora Africana, não há aqui nenhum objetivo de esgotar o tema e nem tampouco reduzi-lo a uma definição simples ou rasa. Com efeito, para o presente artigo, houve interesse por pesquisas relacionadas aos contextos das identidades culturais dos escravizados, de maneira que serão também abordados aqueles que se autodenominam como vinculados a “arqueologia da escravidão”, “arqueologia da senzala”, “arqueologia quilombola”, “arqueologia histórica”, “arqueologia da paisagem” dentre outros, então, diante da imprecisão e fluidez dos termos e definições, optou-se por incluí-los em virtude dos contextos trabalhados.

Especificamente sobre a definição de Arqueologia Histórica, a opção teórico-metodológica que estruturou este artigo é aquela voltada para o estudo dos vestígios da escravidão e dos escravizados, de acordo com Edward Palmer Thompson (1987), é a história vista de baixo, em que os ditos subalternizados possuem destaque nas investigações. Sobre esta corrente da Arqueologia, o arqueólogo Luís Cláudio Symanski, em conjunto com o historiador da escravidão, Flávio Gomes afirmam que:

O registro arqueológico desses grupos consiste, basicamente, nos vestígios materializados de suas práticas cotidianas, práticas que, muitas vezes, foram mantidas ocultas das vistas dos segmentos dominantes. Apresenta, assim, um enorme potencial de fornecer informações, não passíveis de serem obtidas por outras fontes, sobre os padrões de vida material, economia, dinâmica social, cosmologias, religiosidade, construção e reconstrução de identidades e agência das populações africanas na diáspora (SYMANSKI; GOMES, 2012, p.310).

A arqueologia histórica relacionada a escravidão priorizou os estudos dos quilombos, senzalas, portos, cemitérios, etc. Para Ferreira (2009) são suportes para o estudo da diáspora africana, a cerâmica e arquitetura. Sobre a cerâmica há diversas pesquisas, quais sejam, Camila Agostini (1998), Áurea Tavares (2006), Symanski & Souza (2006), Symanski (2010), e Souza & Agostini (2012). Contudo, os artefatos se apresentam em uma gama variada de objetos da cultura material, configurando uma resistência cultural (FERREIRA, 2009) através de cachimbos, contas de colar, pedras polidas, dentre outros.

Os primeiros trabalhos com sítios arqueológicos relacionados à cultura da diáspora africana no Brasil datam dos anos de 1970, em um contexto de intensa luta por representação e direitos pelos afrodescendentes. Carlos Magno Guimarães & Anna Lanna (1980) escavaram cinco quilombos no Vale do Jequitinhonha e da Serra da Canastra, ambos em Minas Gerais, e, a partir do material coletado, evidenciaram estratégias na escolha da localização, trocas comerciais e vivências durante a escravidão – a partir de uma série de desenhos que informava sobre a chegada e a vida de trabalho de um africano no Brasil. Nos anos 1980, Minas Gerais continuou a ter investigações a respeito de quilombos, com Guimarães (1990), Guimarães & Lanna (1990) e Guimarães, Santos, Gonçalves & Porto (1990), contando com trabalhos a respeito do número considerável de objetos escavado no Quilombo do Ambrósio. Evelin Nascimento (2011), investigou o Quilombo de Marques, no Vale do Mucuri, em Minas Gerais, e elaborou descrições dos espaços domésticos e buscou compreender a relação dos vestígios com a paisagem.

A Serra da Barriga, tombada como patrimônio natural pelo IPHAN e território que abrigou diversos quilombos que formavam o Quilombo dos Palmares, constitui-se em um espaço de investigação arqueológica caracterizada pelas múltiplas interpretações dos vestígios encontrados. As primeiras escavações estão relacionadas ao Projeto Arqueológico Palmares, realizadas entre 1992 e 1993 por Funari e Orser, arqueólogos com pensamento vinculado à Arqueologia Histórica e a Arqueologia Histórica Global respectivamente, em que foram escavados 14 sítios, inclusive relacionado à capital Macaco. A investigação resultou no recolhimento de cerca e 3000 fragmentos cerâmicos que abundavam na superfície, além da descoberta de uma trincheira e dois machados (FUNARI; ORSER, 1992; ALLEN, 2006). Funari o Orser (1992) indicaram que encontraram ao menos três classes de cerâmica, salientando que possuíam tradição americana e africana, mas que não encontrados materiais

pré-históricos. As pesquisas de Funari, Orser e Rowlands evidenciam que o sítio foi ocupado por diversas populações marginalizadas sinalizados pela procura e descoberta de determinados marcadores culturais (COSTA, 2010). As escavações coordenadas por Funari resultaram em inúmeros artigos que abordaram às múltiplas identidades no território da Serra da Barriga, assinalando para a ideia de que no quilombo viviam pessoas de diferentes origens étnicas e culturais (FUNARI, 95/96, 1999, 2001, 2005, 2007).

A partir de uma análise distinta da realizada por Funari, Orser e Rowlands, Scott Allen realizou pesquisa no território de Palmares a partir de 1995 através de estudos multidisciplinares – relacionado Arqueologia Histórica com o conceito de Etnogênese – em que o arqueólogo observou que uma nova identidade étnica se formou com a diáspora naquele território (ALLEN, 2000b). Os estudos de Allen advertem que as escavações realizadas por Funari e Orser em 1992 tiveram interpretações precipitadas, salientando que o sítio, devido, sobretudo a terraplanagens – realizadas para a comemoração do dia da consciência negra, conhecida, mas não enfatizada pelos pesquisadores anteriores –, sofreu transformações culturais consideráveis que acarretaram na perda de estratos relacionados à ocupação quilombola (ALLEN, 2000b, 2001). Nas escavações realizadas entre 1996 e 1997, Allen conjecturou a existência de um cemitério indígena na Serra da Barriga (ALLEN, 2000b). Tal conjectura de assentamento indígena só foi comprovada em 2005, quando foram encontradas mais urnas funerárias no sítio, com enterramentos próximos as habitações (ALLEN, 2008). Portanto, os estudos de Allen (1998, 2000a, 2000b, 2001, 2006) salientaram evidências arqueológicas mais longínquas ao considerar o sítio uma ocupação indígena pré-colonial e também pré-histórica, como por exemplo, com urnas funerárias datadas em 800 anos A. P., evidências de grupos de tradição Aratu.

O Quilombo de Palmares ainda proporcionou outros estudos no campo da Arqueologia, como algumas dissertações orientadas por Joseph Allen. Roberto Tenório (2010), que realizou um estudo cerâmico e espacial dos sítios Rosa, com vestígios mais diversos e espaço de moradia, e Teto, mais homogêneo e espaço sagrado. Rodrigo Lessa Costa (2010) que se debruçou sobre 1384 fragmentos de cerâmica encontrados no sítio palmarino, descritas como de tradição Aratu, organizadas em 10 tipos tecnológicos, sendo proposta duas sequencias operatórias, a utilitária e a ritual. Por último, Selma Silva (2010) que trabalhou com educação patrimonial no âmbito da arqueologia da diáspora africana.

Ainda em relação à pesquisa em quilombos, na região Nordeste, Regina Santana (2008) investigou o Quilombo da Mussuca, localizado na cidade de Laranjeiras, em Sergipe, realizando um estudo interdisciplinar que relaciona arqueologia, memórias da escravidão e cultura popular. O Vale do Contiguiba é uma região de grande concentração de escravizados e os pequenos quilombos que existiram, e hoje formaram alguns povoados, o território é uma espécie de laboratório de estudos da relação entre a arqueologia afrodiaspórica e representação. A tese de Rosinete Ferreira (2012), os artigos de Glauba Cestari, Denilson Santos & Luciana Caracas (2016) e de Arkley Bandeira (2018) se debruçaram sobre os vestígios cerâmicos no quilombo Itamatatua, em Alcântara, no Maranhão.

Symanski & Zanettini (2010) investigaram um território pouco associado a herança de matriz africana, entre as regiões Centro-Oeste e Norte no Vale do Guaporé, e concluíram que se trata de um território quilombola desde o século XVIII. A partir de uma metodologia diversificada, com uso de fontes primárias e secundárias, entrevistas e estudos da cultura material, os autores demonstraram como a expansão do agronegócio desconfigurou os sítios arqueológicos da região. O Vale do Guaporé rendeu algumas dissertações e teses no campo da Arqueologia. João Rosa (2009) investigou a região em dissertação a partir de fontes orais e escritas que evidenciaram a distribuição dos quilombos no território, entretanto, por questões administrativas, não investigando os vestígios arqueológicos. Anos mais tarde, a dissertação (2012) e tese (2018) de Patrícia Carvalho, que tinham como objeto de estudo o Quilombo do Boqueirão, em Vila Bela, no estado do Mato Grosso, relacionou as pesquisas arqueológicas às crenças da comunidade na atualidade e à visibilidade do negro. Pesquisas arqueológicas na região norte sobre quilombos também têm gerado diversas pesquisas como dissertação (2012) e tese (2020) de Irislane Moraes sobre os povos Aproaga, no Vale do rio Capim no Pará. A autora, em seu estudo, salientou o território quilombola e suas paisagens como experiência material do aquilombamento dos Ancestrais do povo Aproaga, que são denominados como “Pretos D’antes”.

O estudo de Fábio Almeida (2013) no quilombo dos Mandira, em Cananéia, em São Paulo, refletiu acerca de como os sítios históricos estão relacionados à identidade da comunidade. Pedro Henrique Damin (2013) trabalhou com antigas áreas quilombolas em Pedros Cubas, na região do Vale do Ribeira, em São Paulo. Outra dissertação sobre a temática dos quilombos no estado de São Paulo foi realizada por Luciana Bozzo Alves (2016). No que

diz respeito à produção de artigos, é possível citar pesquisas sobre o Quilombo Jaó, de Silvia Marques (2012; 2014), em uma perspectiva da arqueologia da paisagem e musealização. Na região Sul do país, a tese de Claudio Carle (2005) a partir dos quilombos Monjolo, Ilha do Quilombo e Paredão, vinculados aos séculos XVIII e XIX, localizados em Porto Alegre, relacionou os vestígios encontrados com as comunidades remanescentes. O estudo de Carle demonstrou a importância das pesquisas arqueológicas para a certificação de territórios quilombolas, demonstrando assim como Maria Borba (2014) que realizou estudo arqueológico sobre a escravidão em São Francisco do Sul, publicado em livro a partir de sua dissertação, que a arqueologia de quilombos também tem se consolidado no sul do país.

Ao se observar a diversidade de estudos arqueológicos relacionados a quilombos é possível refletir sobre como esses estudos estão em expansão no Brasil, distribuídos em todo o território nacional e com investigações diversificadas, que vão desde o estudo estilístico dos materiais coletados até as ressonâncias de tais vestígios nas comunidades remanescentes. Um pouco mais tardias, as pesquisas em senzalas constam a partir da década de 1990. A primeira senzala escavada localiza-se em Vassouras, no Rio de Janeiro, região que utilizou uma grande quantidade de mão-de-obra escravizada nas lavouras de café, em que Lima, Bruno & Fonseca (1993) encontraram poucas evidências relacionadas ao cotidiano dos escravizados.

A investigação de Márcia Medeiros (2005) na Fazenda São Bento de Jaguaribe, em Pernambuco, gerou discussões sobre os objetos encontrados no espaço da senzala. A mesma senzala foi investigada um ano depois, na dissertação de Fabíola da Silva (2006) que investigou a hipotética setorização da senzala, sinalizando ser admissível, apesar das discussões a respeito dos vestígios encontrados, que o espaço tenha sido uma senzala de propriedade dos monges beneditinos. Em uma parceria entre Symanski e o historiador especialista em escravidão Flávio Gomes (2012) foi investigado um conjunto de senzalas do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, que revelou uma série de vestígios que comprovaram a ocupação do espaço por escravizados, apontando algumas práticas culturais como a presença de contas de colares de vidro. Senzalas ainda foram investigadas em escavações no Centro-Oeste em que Marcos Souza (2007; 2010; 2011) e Souza & Symanski (2009) realizaram estudos sobre o engenho São Joaquim, em Goiás.

Nos últimos anos tem despontando pesquisas sobre portos em diferentes estudos na arqueologia da diáspora africana de navios negreiros, sepultamentos nas regiões portuárias e

itens sagrados nesses espaços. Gilson Rambelli (2006a; 2006b), pelo viés da arqueologia subaquática, investigou vestígios de um navio negreiro. Luciana Novaes (2013) demonstrou a amplitude das pesquisas sobre a arqueologia afro-brasileira ao estudar uma estrutura de ferro atribuída a Exu, localizada no porto da Feira de Água de Meninos, local de concentração de trabalhadores livres e escravizados. Carlos Haag (2011) estudou enterramentos humanos na zona portuária do Rio de Janeiro, na região denominada de Pequena África, *locus* privilegiado para estudos da escravidão a partir de vestígios arqueológicos. O Cais do Valongo, antigo local de desembarque de escravizados, revelado pelas obras de infraestrutura e revitalização urbana realizadas na região portuária do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016, atualmente foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, o que demonstra a expressividade deste segmento da Arqueologia, tanto no país, quanto no mundo.

Além do Cais do Valongo, na região portuária do Rio de Janeiro, outra descoberta tem movimentado o campo da arqueologia da escravidão: o Cemitério dos Pretos Novos. Revelado através de uma reforma doméstica, as investigações sobre as formas dos sepultamentos e as características físicas dos escravizados, descobertas através da análise dos remanescentes ósseos, tem suscitado inúmeros debates sobre as mazelas da escravidão no país. Sobre o Cemitério já foram produzidos inúmeros artigos (BASTOS, 2011; 2012), assim como dissertações, Reinaldo Tavares (2012). Outros sepultamentos de negros também já foram investigados como em Salvador, na região da Sé (TAVARES, 2006; SILVA, 2011). Tais estudos respondem muitas perguntas aos estudiosos da escravidão, quais sejam, os tipos de sepultamentos realizados, adornos corporais, diferenciação entre africanos e crioulos, etc. Muitos estudos em locais de sepultamento dialogam com a área da Bioarqueologia e tem incitado pesquisadores a formulação de outros questionamentos.

Há ainda abordagens, sob a perspectiva da Arqueologia da Paisagem, para investigações a respeito de vestígios da diáspora africana como as dissertações e artigos sobre a cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, de Estefânia Rosa (2012), Rocha, Mattos & Ferreira (2012) e Víctor Monteiro (2016) e sobre o litoral de São Paulo, a dissertação e tese de Wagner Bernal (1996; 2008), a tese de Marques (2012) e o artigo de Alves & Funari (2020) sobre o litoral norte paulista. Pode-se observar que já existe o que poderia se denominar como sendo uma historiografia, ou um balanço, sobre investigações de sítios arqueológicos da cultura da diáspora africana no Brasil. Funari (2007) discutiu o quantitativo de pesquisas arqueológicas

relacionadas a quilombos, salientando os processos de trocas e interações entre quilombolas e não quilombolas. De forma semelhante, Singleton & Souza (2009) também salientaram a arqueologia de quilombos no Brasil, a partir da referência de trabalhos em Minas Gerais e de Palmares, em Alagoas. Symanski (2014) realizou um extenso balanço sobre as pesquisas na arqueologia da diáspora africana realizando um comparativo com o campo nos Estados Unidos.

Metodologia

A pesquisa se baseou numa análise qualitativa, com vistas a apreensão do contexto específico da Arqueologia como um campo científico, que ao longo do século XX se expandiu no Brasil, com ênfase no recorte analítico de verificação se as pesquisas relacionadas à Arqueologia da Diáspora Africana acompanharam essa expansão. Nesse sentido, inicialmente empreendeu-se uma breve análise geral do panorama da Arqueologia no país a partir do final do século XIX, com objetivo de elaborar uma pequena contextualização do processo de consolidação do campo científico.

Contudo, ressalta-se que por se tratar de uma análise ampla e que utiliza dados de acesso público disponíveis virtualmente, este estudo está sujeito a limitações, tais como a dependência da atualização constante e permanente das bases, repositórios e diretórios de pesquisa, bem como a disponibilização na web da íntegra da pesquisa (no formato de artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros). Todavia, em que pesem as restrições apresentadas, a proposta deste artigo não foi de um levantamento exaustivo, mapeando toda a produção acadêmica, mas as principais e, a partir delas, oferecer subsídios para futuras reflexões e apontamentos.

Discussão

Todos os sítios arqueológicos localizados no Brasil têm proteção legal e, necessariamente, devem ser inseridos na plataforma Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De acordo com as informações disponíveis nessa base, o país possui cerca 30 mil sítios registrados, mas esse elevado quantitativo não corresponde a um indicativo de mapeamento exaustivo do território,

na verdade, reflete o aumento das pesquisas arqueológicas obrigatórias realizadas no âmbito do licenciamento ambiental. Os primeiros anos do século XXI foram marcados pelo crescimento vertiginoso do mercado de trabalho da arqueologia nos canteiros de obra, ampliando a atuação profissional para além das instituições tradicionais de pesquisa, como os museus, memoriais e casas de cultura, para também em empreiteiras, empresas de engenharia, de construção civil, de mineração, de turismo, etc.

Esse aumento da demanda por profissionais, consequentemente, reverberou a urgência da formação de arqueólogas e arqueólogos para atender o mercado em franca expansão. Destarte, em todas as regiões do país, foram abertos 16 cursos de graduação e 10 cursos de pós-graduação. Considera-se, então, preponderante o papel da profissionalização da arqueologia, fruto do crescimento dos trabalhos voltados para a Arqueologia Preventiva, para esse processo de expansão da formação acadêmica no Brasil. Outro aspecto, ressaltado por Viana & Symanski (2010), foi o aumento das “discussões na nossa sociedade em torno do patrimônio cultural, no sentido de assumir e preservar as diversas heranças étnico-culturais responsáveis pela formação das identidades da nação”.

Destarte, discussões de cunho epistemológico também têm protagonizado o debate em torno da formação de profissionais de arqueologia, encadeadas principalmente a partir da efetiva aplicação dos programas de ações afirmativas que viabilizaram o acesso ao ensino superior e as pós-graduações a pessoas indígenas, afrodescendentes, portadoras de deficiência física, intelectual ou múltipla, travestis, transexuais, transgêneros, ciganos, imigrantes e etc. A presença desses corpos, marcados pelos regimes de desigualdades inerentes ao sistema capitalista, nos debates acadêmicos da arqueologia brasileira tem suscitado não somente questionamentos a respeito de interpretações da cultura material e das análises de sítios, mas até do próprio *saberfazer* da arqueologia. Na esteira dessas importantes e necessárias interpelações que têm sido feitas ao campo científico, estão diversas discussões em relação à Arqueologia da Diáspora Africana e suas nuances, demonstrando a dinamicidade da produção e das pessoas que estão investindo nessa prática.

Os estudos da área do patrimônio, de maneira geral, colaboram a preservação, a salvaguarda e a visibilidade de bens, manifestações, celebrações, tradições, festas e expressões da cultura. A arqueologia, como Ciência Humana e Social (FUNARI, 2010), centraliza suas discussões na estrutura, funcionamento e transformação dos sistemas sociais ao longo do

tempo, nesse sentido fornece subsídios para que grupos se apropriem de determinadas referências, materiais e simbólicas, identificadas durante as pesquisas, e esse processo de reconhecimento e valorização do patrimônio arqueológico se constitui numa poderosa prática narrativa. Dois casos emblemáticos são o Sítio Arqueológico Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, no estado de Alagoas, e o Sítio Arqueológico Cais do Valongo, no Rio de Janeiro.

Os sítios arqueológicos localizados na Serra da Barriga onde se localizava o Quilombo dos Palmares possuem a importância de ser o sítio arqueológico onde se localizou o quilombo mais difícil de ser derrotado pelas forças coloniais: o Mocambo dos Macacos ou Mocambo Real. Referência para a memória coletiva local e nacional, o Quilombo dos Palmares possui o papel simbólico nas lutas do movimento negro em prol de direitos e contra o preconceito na contemporaneidade. Símbolo de resistência ao sistema escravagista, Palmares possui fontes escassas oferecidas pela historiografia, sobretudo que revelem aspectos de seus habitantes, sendo a Arqueologia o campo que nas últimas décadas tem revelado o maior manancial de informações sobre a ocupação da Serra da Barriga.

A importância dos sítios arqueológicos da Serra da Barriga reside ainda na complexidade que envolve o detalhamento das pesquisas, devido às mudanças ocorridas no solo e pelo vasto material encontrado. Inicialmente investigada devido ao assentamento do Quilombo de Palmares, a Serra da Barriga tem revelado que tal espaço também tinha sido escolhido por povos pré-coloniais e pré-históricos. Contudo, ressalta-se que tais descobertas não diminuíram a importância dada ao sítio como representativo na história de luta dos escravizados por liberdade, pois a revelação de ocupação longínqua do território não diminuiu sua representatividade na história do Brasil.

De acordo com Tânia Lima (2016), o Cais do Valongo, era um porto adjacente ao mercado de escravos, uma das principais portas de entrada de escravizados nas Américas, devido à demanda das lavouras de café no século XIX. Construído em 1811, fazia parte de um complexo comercial instalado na região dos atuais bairros da Gamboa e Saúde no final do século XVIII, possuindo ainda local para abrigar os escravizados que chegavam doentes (lazareto), cemitério e espaços de comercialização. O Cais de Valongo foi utilizado para desembarque legal de africanos até 1831, e posteriormente reformado em 1843 para receber a imperatriz Cristina. A região do Valongo, periférica e insalubre, teve ao longo dos séculos a denominação do cais, ruas e bairro modificados em uma ação de ocultamento dos horrores da

escravidão corridos naquele espaço da cidade – os estudos pormenorizados apresentados por Lima a respeito da história e do processo de escavação do cais do Valongo salientam o papel social da Arqueologia revelar um passado que determinados segmentos sociais buscaram ocultar.

Segundo Lima (2016), o Cais do Valongo foi revelado após ter sido encontrado um cachimbo de cerâmica escura abaixo do Cais da Imperatriz. Lima (2013) revelou que foram encontrados nas escavações milhares de vestígios de objetos de uso pessoal dos escravizados como contas de vidros, amuletos, jóias em cobre, cachimbos, cerâmicas para uso em ritual, etc., que tem a potencialidade de revelar em estudos diversos aspectos como a religiosidade e o cotidiano dos escravizados recém-chegados. Ao apresentar detalhamentos da descoberta do Cais do Valongo e a recepção por entidades do movimento negro de tal informação, Lima (2013, 2016) revela que a Arqueologia apresenta o passado mas também está envolvida em novas formas de lidar com ele. Para a autora o Cais do Valongo “é um símbolo de um passado que jamais poderá se repetir na trajetória da humanidade e sua exposição ao público, como um local destinado à reflexão e à lembrança, pode contribuir para inspirar a tolerância e o respeito às diferenças” (LIMA, 2013, p.189). O Cais do Valongo, como parte integrante da “Pequena África” é um marco na memória da diáspora africana na região portuária do Rio de Janeiro, em que lideranças do movimento negro, pesquisadores acadêmicos e representantes do poder público municipal foram importantes atores na descoberta arqueológica e na propagação da sua importância para a compreensão de sua própria história (VASSALO; SICALO, 2015).

Palmares tem sido alvo de pesquisas, sistemáticas e controversas, por parte de diversos pesquisadores ao longo dos últimos anos e se consagrou como um lugar de memória, que aponta para a resistência e para a auto-organização dos quilombolas ex-escravizados, considerado o berço de Dandara e de Zumbi – que se tornaram ícones da luta de afrodescendentes contra o racismo e as diversas outras formas de opressão, na contemporaneidade. O Valongo, por sua vez, é um lugar de memória reconhecido pela excepcionalidade de ser o único vestígio material do traslado e desembarque forçado de escravizados trazidos do continente africano. Sua importância reside, também, na imaterialidade da carga simbólica que remete a dor e a violência do traumático processo de violação de direitos humanos, tendo sido definido como *sítio histórico sensível*.

A importância de Palmares para a história do Brasil foi salientada a partir do tombamento da Serra da Barriga como patrimônio natural pelo IPHAN, ainda na década de 1980. O Valongo foi reconhecido no âmbito da UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade, o que reitera a força do processo de apropriação dessas referências culturais e materiais, imateriais e simbólicas por parte da população. O protagonismo de sítios e/ou de vestígios, anteriormente relegados ao segundo plano ou até desconsiderados, apontam para o alargamento da noção de patrimônio arqueológico a partir de uma perspectiva contra hegemônica e descolonizadora.

Em suma, a análise qualitativa pretendida neste artigo objetivou a sinalização da expansão das múltiplas abordagens e de como foram sendo estruturadas as pesquisas, buscando não ficar restrito somente aos estudos contemporâneos que carregam a denominação Arqueologia da Diáspora Africana, mas considerando desde os trabalhos mais antigos no país que se debruçaram sobre sítios, vestígios, coleções, lugares, paisagens e remanescentes humanos relacionados à diáspora africana no Brasil. Diversas críticas podem ser elaboradas em relação aos resultados das referidas pesquisas, as interpretações da cultura material ou até aos próprios pesquisadores que as empreenderam, todavia, não é demais destacar que este não foi o propósito do presente trabalho – qual seja, tenha sido elaborar um balanço amplo do material publicado e disponibilizado, buscando demonstrar o aumento expressivo de trabalhos dedicados às temáticas relativas à diáspora africana no país.

A proposta de análise qualitativa relaciona-se, sobremaneira, ao processo de mudança prática-discursiva dentro da Arqueologia, o *saberfazer*. As múltiplas identidades que compõem as coletividades dispersas no território nacional refletem a diversidade das muitas arqueologias levadas a cabo, o que oferece subsídios para futuras reflexões e apontamentos dos aspectos que não puderam ser trabalhados neste artigo. Tendo em vista que a constituição de um campo científico, na perspectiva bourdieuniana, implica em sua própria capacidade de definição de interesses e disputas, e que a Arqueologia é reconhecida enquanto tal desde meados do século XIX, então as disputas sócio-afetivas e de significações em torno da legitimidade científica das pesquisas relativas à diáspora africana carecem do aprofundamento dos debates em relação a quais agentes possuem o poder social para falar no interior do campo.

Considerações finais

Durante mais de um século a arqueologia, no Brasil e no mundo, foi prática quase que exclusiva das elites hegemônicas e, conseqüentemente, os resultados das pesquisas foram utilizados para a escrita da história oficial – marginalizando pessoas, grupos, nações e até continentes, os sítios e vestígios relacionados à diáspora africana foram relegados ao lugar de subalternidade. Contudo, a emergência de debates e discussões sócio-políticas acerca das opressões, impostas pela lógica excludente do sistema patriarcal, eclodiram a partir das reivindicações dos movimentos sociais, dos movimentos em prol das ações afirmativas, das lutas pela democracia, pela liberdade de expressão, pela igualdade de gênero, pelo reconhecimento de outras formas de (re)existência no mundo, e, sem dúvida, também em virtude da entrada desses corpos questionadores nas Universidades.

A produção acadêmica, orientada a partir dos lugares de fala desses sujeitos, antes tidos como marginalizados, é um ponto de virada em relação aos marcos teóricos produzidos pela “velha guarda” do campo orientada a partir de valores colonizadores e pejorativos. O alargamento da noção de patrimônio trouxe ao debate público a importância do aspecto imaterial inerente a toda materialidade da cultura, contudo, trouxe à tona também a abundância das expressões simbólicas dessa imaterialidade. Com efeito, trata-se de uma reviravolta ontológica em relação aos vestígios e sítios arqueológicos relacionados diáspora africana no Brasil. Esse movimento de continuidade do *saberfazer* ciência, através da ruptura de cânones e de epistemologias, tem contribuído para que o campo científico da arqueologia continue em expansão, contudo, vislumbrando um horizonte onde novas categorias e significações estarão em disputa.

Referências bibliográficas

AGOSTINI, Camilla. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 2, p. 115-37, 1998. Disponível em: <https://revistas.apps.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2063>. Acesso em: 1 set. 2020.

ALLEN, Scott Joseph. A ‘Cultural Mosaic’ at Palmares? Grappling with the historical archaeology of a seventeenth-century Brazilian Quilombo, in FUNARI, Pedro (org.) **Cultura**

material e arqueologia histórica. Campinas: Unicamp, p. 141-178, 1998.

_____. Identidades em jogo: negros, índios e a arqueologia da Serra da Barriga, In: GALINDO, Marcos, Silva, E., ALMEIDA, Luís Sávio de, & Elias, Juliana Lopes (org.) **Índios do Nordeste: temas e problemas: 500 anos** (Vol. 2). EDUFAL, p.245-275, 2000a.

_____. Preliminary Directions in the Historical Archaeology of Palmares. **Nova Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, n. 3, p. 39-53, 2000b. Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/english/revista03.htm>. Acesso em: 2 jan. 2021).

_____. **Zumbi nunca vai morrer: history, the practice of archaeology, and race politics in Brazil.** Providence, Rhode Island: Thesis, Doctor of Philosophy, Department of Anthropology Brown University, 2001.

_____. As vozes do passado e do presente: arqueologia, política cultural e o público na Serra da Barriga. **Clio**, Recife, n. 20, p. 81-101, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246881/35822>. Acesso: 1 set. 2020.

_____. Arqueologia na Região Serrana Quilombola: Alagoas, **Vestígios**, Belo Horizonte, 2, p. 99-101, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11923>. Acesso em: 2 jan. 2021.

ALMEIDA, Fábio Guaraldo. **Terra de Quilombo: Arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira – Município de Cananéia/SP.** 298 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ALVES, Luciana Bozzo. **A diáspora africana no litoral Norte paulista: desafios e possibilidades de uma abordagem arqueológica.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____; Funari, Pedro Paulo. Desafios e possibilidades de uma abordagem arqueológica da Diáspora Africana no Litoral Norte Paulista. **Revista Kawo**, v.1, p.2-46, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/hawo/article/view/63547>. Acesso em: 1 set. 2020.

BANDEIRA, Arkey Marques. Aproximações entre a etnografia arqueológica e os modos de fazer na comunidade quilombola de Itamatatuiua, Alcântara – Maranhão. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 12, n.1, p. 30-46, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8653106>. Acesso em: 1 set. 2020.

BASTOS, Murilo; et al. Da África ao Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro: um estudo sobre as origens de escravos a partir da análise de isótopos de estrôncio no esmalte dentário. **Revista de Arqueologia**, v. 24, n. 1, p. 66-81, 2011. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/315>. Acesso: 1 set. 2020.



BASTOS, M. Q. et al. Cemitério dos Pretos Novos: Técnicas modernas ajudam a compreender questões da escravidão. **Ciência Hoje**, v. 49, n. 241, p. 22-7, 2012. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/315>. Acesso em: 1 set. 2020.

BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em São Francisco do Sul**. Joinville, SC: Editora da UNIVILLE, 2014.

BORNAL, Wagner Gomes. **Sítio Histórico São Francisco 01: contribuição à Arqueologia Histórica**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. **Sítio Histórico São Francisco: um estudo sob a ótica da Arqueologia da Paisagem**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico, in: ORTIZ, Renato. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, p.122-155, 1983a.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CARLE, Cláudio Baptista. **A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares como espaço de sonhos: análise dos discursos arqueológicos sobre a Serra da Barriga**. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. **A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT**. 276 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade



de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. **Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão - Vila Bela/MT.** 376 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CESTARI, Glauba; SANTOS, Denilson Moreira; CARACAS, Luciana Bugarin. A produção cerâmica no quilombo de Itamatatuiua: interações entre artesanato tradicional e design com vistas à sustentabilidade, In: SANTOS, D. M. et al (Org.). **Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos.** São Luís: EDUFMA, 2016.

COSTA, Rodrigo Lessa. **Os grupos ceramistas da Serra da Barriga: caracterização da tecnologia cerâmica no contexto da Tradição Aratu.** 151 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2010.

DAMIN, Pedro Henrique de Almeida Batista. **Identificação e mapeamento de antigas áreas de moradia quilombola: estudo de caso da comunidade remanescente de Pedro Cubas/SP.** 214 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 8, n. 16, jul./dez, p. 267-275, 2009. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/961>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____; FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia como prática política. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Edição Especial: Arqueologia Amazônica, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222009000100002>. Acesso: 1 set. 2020.

FERREIRA, Rosinete de Jesus Silva. **Nas tramas de Itamatatuiua: as representações sociais da saúde e as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa.** 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação. **Revista da História da Arte e Arqueologia**, Campinas, n.1, p.24-41, 1994. Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/english/revista01.htm>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____. A "República de Palmares" e a arqueologia da Serra da Barriga. **Revista USP**, São Paulo, n.28, dez/fev, p.6-13, 1995/1996. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p6-13>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____. A arqueologia de Palmares. In: REIS, João José; Gomes, Flávio (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26-51.

_____. Etnicidad, identidad y cultura material: un estudio del cimarrón Palmares, Brasil, siglo XVII. In: Andrés Zarankin e Félix Acuto (org.), **Sed non satiata**: teoria social en la arqueología latinoamericana contemporánea. Buenos Aires: Tridente, 1999, p. 77-96.

_____. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo dos Palmares. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 1, p. 11-38, 2001. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2117>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____. **Palmares ontem e hoje**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2005.

_____. The Archaeological Study of African Diaspora in Brazil, in: Ogundiram, A. & Falola, T. (org.) **Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora**. Bloomington: Indiana University, 2007, p. 355-71.

_____. **Arqueologia**. 2. ed., Editora Contexto: São Paulo, 2010.

_____; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. **História**, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, vol. 27, n. 2, p.13-30, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742008000200002>. Acesso em: 1 set.2020.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul-set, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

GUIMARÃES, Carlos Magno. O Quilombo do Ambrósio: Lenda, Documentos e Arqueologia. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, p. 161-174, jul-dez, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1990.1-2.36325>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____; LANNA, Ana. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. **Pesquisas: Série Antropológica**, n. 31, p. 147-64, 1980. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/antropologia.htm>. Acesso em: 1 set. 2020.

HAAG, Carlos. Ossos que falam: escavações na zona portuária do Rio de Janeiro revelam retrato pouco conhecido da escravidão. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 190, p. 24-9, 2011. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/ossos-que-falam/>. Acesso em: 1 set. 2020.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 179–20, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11855>. Acesso em: 2 jan. 2021.

_____; BRUNO, Maria Cristina Oliveira; FONSECA, Marta. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: a Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. 1, p.170-206, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47141993000100013>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____; SENE, Gláucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n.1, vol.24, pp. 299-391, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0111>. Acesso em: 2 jan. 2021.

MARQUES, Sílvia Correia. Espaço de resistência e trocas culturais no meio rural brasileiro: apontamentos sobre o quilombo do Jaó. **Revista de Arqueologia**, vol.27, nº 1, p.217-234, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v26i2/1.390>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____. **Paisagens reveladas: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro**. 301 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2013.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. **Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso, Fazenda São Bento de Jaguaribe**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MONTEIRO, Victor Gomes. **Uma arqueologia das paisagens da escravidão na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850)**. 218 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia com ênfase em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

MORAES, Irislane Pereira de. **Do tempo dos pretos d'antes aos povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)**. 237 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____. **Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e escrivências de um caminhar Sankofa no território dos povos do Aproaga - Amazônia paraense**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

NASCIMENTO, Évelin. **A “textura da vida diária”, materialidade e paisagem no cotidiano do Quilombo de Marques (Vale do Mucuri, MG)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

NOVAES, Luciana de Castro Nunes. **A morte visível e a vida invisível: um estudo sobre o assentamento de Exu e a Paisagem Sagrada da Enseada de água de Meninos, Salvador (Bahia)**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras-SE, 2013.

ORSER, Charles. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York: Plenum,

1996.

_____; Funari, Pedro Paulo. (1992) Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. **Estudos Ibero-Americanos**, n. 18, p. 53-69, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1992.2.29225>. Acesso em: 1 set. 2020.

PEREIRA, Luena Nascimento. O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639, In: BEZERRA, M. J. et. al. **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del outro**. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 253-277.

RAMBELLI, Gilson. Arqueologia de naufrágios e a proposta de estudo de um navio negro. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, v. 6, p. 97- 106, 2006a. Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/revista06.htm>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____. Tráfico e navios negreiros: contribuição da Arqueologia Náutica e Subaquática. **Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 59-72, 2006b. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig4/art/N4_art4.pdf. Acesso em: 1 set. 2020.

REIS, Marilise Luísa Martins dos. **Diáspora como movimento social: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diaspora e as políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional**. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ROCHA, Marcelo Garcia da; MATTOS, Gil Passos de; FERREIRA, Lúcio Meneses. Mapeamento da distribuição espacial de vestígios arqueológicos do período escravista no município de Pelotas, RS (Brasil), 2012. Pelotas: **Anais do Encontro de Pós-Graduação da UFPel (ENPOS)**, 2012. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/enpos/2012/anais/pdf/MD/MD_00518.pdf. Acesso em: 1 set. 2020.

ROSA, Estefânia Jaékel da. **Paisagens negras: Arqueologia da escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS, Brasil)**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

ROSA, João Henrique. **Entre alagados e penhascos: o ouro da liberdade nas resistências quilombolas do século XVIII na capitania de Mato Grosso – região mineradora guaporeana**. 205 f. Dissertação (mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTANA, Regina Norma de Azevedo. **Mussuca: por uma arqueologia de um território negro em Sergipe D'El Rey**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos. “O Negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão da questão racial no Parlamento brasileiro. In: PEREIRA, Amauri M.; SILVA,



Joselina da. (Orgs.). **Movimento negro brasileiro**: escritos sobre o sentido da democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p.147-155.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Andersen Lírio da. Saúde bucal dos escravos da Sé de Salvador, **Rede-A**, v. 1, n. 1, p. 19-43, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/86939392-Saude-bucal-dos-escravos-da-se-de-salvador-bahia-sec-xix.html>. Acesso: 1 set. 2020.

SILVA, Fabíola Amaral Jansen da. **O cativeiro rural colonial**: reconstituição arqueológica da senzala da fazenda de São Bento de Jaguaribe – Município de Abreu e Lima, Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Pensando a diáspora atlântica. **História**, São Paulo, v.37, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018020>. Acesso em: 1 set. 2020.

SILVA, Selma Lima da. **Contexto comunitário e educação patrimonial**: um estudo de caso em União do Palmares-AI.238 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SINGLETON, Thereza; SOUZA, Marcos André Torres de. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States. In: GAIMSTER D., MAJEWSKI T. (orgs.), **International Handbook of Historical Archaeology**, New York: Springer, 2009, p. 449-469. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-0-387-72071-5_26. Acesso em: 1 set. 2020.

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. O papel de Betty Meggers no desenvolvimento da arqueologia no Brasil. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 15, Florianópolis, 2016. **Anais** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473903252_ARQUIVO_ArtigoMarianaSombrioSBHC2016.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

SOUZA, Marcos André Torres de. Uma outra escravidão: a paisagem social do Engenho de São Joaquim, Goiás. Vestígios, **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 57-88, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.31239/vtg.v1i1.10735>. Acesso em: 01 set. 2020.

_____. **Spaces of Difference**: an Archaeology of Slavery and Slave Life in a 19th Century Brazilian Plantation. Tese de Doutorado, Syracuse University, 2010.

_____. A vida escrava portas adentro: uma incursão às senzalas do Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. **Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 83-109, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/revmar.2011.12895>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____; AGOSTINI, Camilla. Body Marks, Pots and Pipes: Some Correlations between African Scarifications and Pottery Decoration in Eighteenth and Nineteenth-Century Brazil. **Historical Archaeology**, v. 46, n. 3, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF03376873>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____; SYMANSKI, Luís Cláudio. Slave Communities and Pottery Variability in Western Brazil. **International Journal of Historical Archaeology**, v. 13, p. 513-48, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10761-009-0090-1>. Acesso em: 1 set. 2020.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Da Miss-sambaqui ao monstro de Sobral arqueologia paulistana entre os anos de 1930 e 1950. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.30, n.52, p. 257-286, 2014. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752014000100012>. Acesso em: 1 set. 2020.

SYMANSKI, Luís Cláudio. P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. **Afro-Ásia**, Salvador, no.49, jan./jun, p. 159-198, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0002-05912014000100006> Acesso: 1 set. 2020.

_____. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 14, n. 3, p. 294-310, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/4728>. Acesso em: 1 set. 2020.

_____; GOMES, Flávio Arqueologia da escravidão em fazendas jesuítas: primeiras notícias da pesquisa. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, p. 309-317, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000500016>. Acesso em: 1 set, 2020.

_____; SOUZA, Marcos André Torres de. A arqueologia histórica: relações sociais e construção de identidades na região do Rio Manso, séculos XVIII e XIX. In: Leila Fraga (org.). **História e Antropologia no Vale do Rio Manso**. Goiânia: Editora UCG, 2006, p. 241-264.

_____; ZANETTINI, Paulo. Encontros culturais e etnogênese: o caso das comunidades afro-brasileiras do Vale do Guaporé, **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 89-123, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.31239/vtg.v4i2.10667>. Acesso em: 1 set. 2020.

TAVARES, Aurea Conceição Pereira. **Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador**: postura das instituições religiosas africanas frente à Igreja Católica em Salvador no período escravista. 137 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. **Cemitério dos pretos novos, Rio de Janeiro século XIX**: uma tentativa de delimitação espacial. 207 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.



TENÓRIO, Luís Quintella. **Aspectos da Organização Social: um estudo cerâmico e espacial dos sítios Rosa e dos Teto, Serra da Barriga, União dos Palmares, Alagoas.** 77 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASSALO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 239-271, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100010>. Acesso em: 02 jan. 2021.

VIANA, Sibeli; SYMANSKI, Luís Cláudio. O (re) ingresso da Arqueologia no Ministério da Educação. **Jornal Arqueologia em Debate**, v.1, n.1, mar, 2010. Disponível em: <http://www.jornal.sabnet.com.br/component/content/article/1-temas-em-debate/70-o-re-ingresso-da-arqueologia-no-ministerio-da-educacao>. Acesso em: 01 set. 2020.